

Política

Justiça condena primeiro político na Lava Jato

■ A Justiça Federal condenou o ex-deputado André Vargas (ex-PT-PR) a 14 anos e quatro meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro supostamente desviado de contratos de publicidade da Caixa Econômica Federal. É o primeiro político condenado na Operação Lava Jato. Segundo sentença do juiz Sérgio Moro, Vargas "recebeu propina não só no exercício do mandato de deputado federal, mas também da função de vice-presidente da Câmara, de 2011 a 2014, período em que praticou a maior parte dos fatos criminosos".

Juiz relembra gesto de Vargas

■ "Rememoro o gesto de afronta do condenado ao erguer o punho cerrado ao lado do então presidente do Supremo, o eminente ministro Joaquim Barbosa, na abertura do ano legislativo de 2014, e que foi registrado em diversas fotos. (...) Constata-se que o condenado, ao tempo do gesto, recebia concomitantemente propina em contratos públicos por intermédio da Borghi Lowe. Nesse caso, o gesto de protesto não passa de hipocrisia e mostra-se revelador de uma personalidade não só permeável ao crime, mas também desrespeitosa às instituições da Justiça."



BM e manifestantes entram em confronto

Tropa de Choque da Brigada usou gás de pimenta para conter servidores

■ FLAVIA BEMFICA

A manhã que antecedeu a polêmica votação do aumento das alíquotas do ICMS na Assembleia, ontem, foi marcada por tensão e um confronto que era esperado desde o início do dia entre a Brigada Militar e servidores públicos estaduais. Os manifestantes que estavam na Praça da Matriz solicitavam o tempo inteiro que a presidência da Assembleia cumprisse a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça na segunda-feira, permitindo o acesso aos espaços públicos da Casa. O entorno do Palácio Farroupilha e do Piratini, no entanto, amanheceu sitiado por um forte aparato de segurança com mais de cem policiais que impediam não apenas o ingresso, mas também a circulação de pedestres em frente às sedes do Executivo e do Legislativo estadual.

Pouco antes do meio-dia, após passar horas debaixo de chuva e irritada com o fato de a presidência da Assembleia seguir sem cumprir a liminar da Justiça, parte dos manifestantes ultrapassou os gradis e chegou à porta principal do prédio do Legislativo, que é de vidro e permanecia fechada. Foi o estopim do confronto. A BM acionou rapidamente a Tropa de Cho-



Servidores queriam ingressar no prédio da Assembleia Legislativa

que e a cavalaria, que se encontravam dentro e nas imediações do Piratini.

Com cassetetes e gás de pimenta, os policiais avançaram sobre os manifestantes. Alguns se defenderam com guarda-chuvas. Outros ensaiaram atirar pedras. Os cavalos, o gás e o empurra-empurra geraram um início de pânico, mas a manifestação acabou contida. Três pessoas foram detidas. Do alto do caminho de som, lideranças do movimento dos servidores fizeram apelos para que os manifestantes mantivessem a calma.

Depois do confronto, reunião

entre o presidente da Assembleia, Edson Brum (PMDB), parlamentares de oposição e lideranças sindicais resultou na permissão para que 200 integrantes do movimento dos servidores pudessem ingressar também no Teatro Dante Barone para acompanhar dali a votação. A Assembleia não disponibilizou telão para que a votação fosse acompanhada da rua, conforme havia sido anunciado na segunda-feira por Brum. E, no plenário, foi mantida a distribuição de senhas para 145 representantes contrários ao projeto de aumento do ICMS e 145 favoráveis.

Protesto fechou acesso à Capital

O bloqueio por mais de uma hora da avenida Mauá, o principal acesso ao centro de Porto Alegre, na manhã de ontem, marcou o início dos protestos de trabalhadores contra o projeto do aumento do ICMS que iria à votação à tarde, na Assembleia. Articulado por centrais sindicais, como CUT, CTB-RS e Inter-

sindical, contrárias à elevação da tributação, o bloqueio começou por volta das 6h50min, em um dos momentos de pico do trânsito na região central.

O impacto foi imediato nos fluxos vindos dos bairros pelo Túnel da Conceição e na Avenida da Legalidade. Durante parte do protesto, os manifestantes fe-

charam também a saída do viaduto da rodoviária. Muitos passageiros optaram por desembarcar de ônibus e seguir caminhando. Os sindicalistas permaneceram no local até por volta das 8h15. A estratégia inicial era ficar até as 9h, mas negociação com a Brigada Militar permitiu o desbloqueio mais cedo.

LAVA JATO

Mercadante e líder tucano viram réus

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a abertura de dois inquéritos para investigar o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) por suposta prática de crime eleitoral de falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Com a decisão, procuradores e policiais federais têm autorização formal para dar início a diligências de investigação e apurar informações prestadas pelo dono da UTC, Ricardo Pessoa.

Em delação premiada, o empreiteiro relatou repasses às campanhas de Mercadante ao gover-

no paulista, em 2010, e do vice-líder tucano no Senado. O dinheiro, segundo Pessoa, é oriundo de caixa dois da empresa, beneficiada pelo esquema de corrupção na Petrobras. No pedido de abertura do inquérito, a Procuradoria-Geral da República escreveu que Pessoa deixou claro que os dois "estavam presentes em reuniões e, se não expressamente requereram, assentiram na solicitação por intermédio de seus representantes de campanha".

Pessoa relatou uma reunião com Mercadante na qual foram acertadas doações. Segundo o empreiteiro, o ministro, então

candidato ao governo paulista, presenciou o acerto para um repasse de R\$ 250 mil em doação oficial à campanha e outros R\$ 250 mil, em espécie, oriundos do caixa dois da empreiteira. Mercadante confirma o encontro com o empreiteiro, por solicitação de Pessoa, mas afirma que não houve discussão de valores, "tampouco solicitação de recursos de caixa dois". O dono da UTC relatou ter acertado com Aloysio Nunes doação para campanha de R\$ 500 mil, sendo R\$ 300 mil por repasses oficiais e R\$ 200 mil em dinheiro. O senador nega recebimento de dinheiro de caixa dois.

Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



Festival de incoerências

A sessão na Assembleia foi marcada por um festival de incoerências nos discursos da oposição e de aliados do governo, como tradicionalmente ocorre em votações de projetos polêmicos, como o de aumento de alíquotas do ICMS. Ironicamente, a cobrança por coerência, de lado a lado, foi recorrente. Todos os partidos com maior representação no Legislativo passaram pelo Piratini, por meio do voto direto ou indiretamente, integrando as bases dos governos. Por consequência, todos eles contribuíram, em maior ou menor grau, por temor de desgastes ou por falta de apoio político a medidas necessárias para fazer frente aos problemas, para o cenário hoje instaurado no Estado. Não há governos feitos apenas de erros, tampouco somente de acertos. As divergências e discussões são necessárias e fazem parte da democracia. No Rio Grande do Sul, no entanto, infelizmente, ainda se pratica a política em uma de suas formas mais improdutivas, que leva ao retrocesso. Majoritariamente, salvo em raras exceções, neste tipo de política caduca e intolerante não se reconhecendo avanços e boas iniciativas adotadas por adversários durante a permanência destes no poder. Por aqui, ainda se impõe a grenalização, a velha rixa entre chimangos e maragatos, a defesa de soluções mágicas, numa disputa que subestima a inteligência de contribuintes não vinculados a paixões partidárias e que prioriza divergências em detrimento dos interesses e das necessidades da população.

Recuo estratégico

O recuo do Executivo em relação ao regime de urgência dos projetos de extinção das fundações de Esporte e Lazer e de Produção e Pesquisa em Saúde não representa que o governo desistiu da iniciativa. Além da avaliação de que não seria possível ter os votos necessários à aprovação, a retirada da urgência entrou nas negociações com aliados da proposta de aumento do ICMS. A mesma atitude já havia sido tomada no final de agosto em relação à proposta de extinção da Zoobotânica, que enfrentou fortes resistências de servidores e da população.

Mais um voto

Foi estrategicamente escolhido pelo PCdoB o dia para reivindicar na Justiça a posse de Junior Piaia, suplente de Manuela D'Ávila, que está em licença-maternidade. O regimento interno da Assembleia, desde 2014, não prevê a posse do suplente em caso de licença-maternidade. Deputados de oposição se revezaram na tribuna não apenas para tentar ampliar o desgaste do governo, mas também para aguardar a solução de impasse jurídico e a posse de Piaia e garantir mais um voto contra o aumento do ICMS.

Nova ação no STF

A Procuradoria-Geral do Estado pretendia ingressar no Supremo com ação civil originária pedindo a revisão do contrato da dívida do Estado com a União até às 23h59min de ontem. O horário é o máximo permitido pelo processo eletrônico do STF. O empenho se deve ao fato de terminar hoje o prazo de 30 dias à apresentação da ação, vinculada à cautelar que visava impedir o bloqueio das contas do governo pela União em função de atraso no pagamento de parcelas da dívida. A cautelar foi indeferida pelo relator, ministro Marco Aurélio Mello. A PGE também recorrerá desta decisão.

TCU abre processo de revisão de dívidas

Foi aberto ontem no Tribunal de Contas da União processo relativo à auditoria das dívidas do Rio Grande do Sul, Paraná e de Minas Gerais com a União. O requerimento, de autoria do deputado federal gaúcho Jerônimo Goergen, havia sido aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Em audiência com o presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, Jerônimo ouviu que o processo terá prioridade. A relatoria deve ser assumida pelo vice-presidente e corregedor do tribunal, ministro Raimundo Carreiro.

Apartes

■ O prefeito de Pelotas, Eduardo Leite, fará revisão geral do orçamento de 2016 em consequência da falta de pagamentos dos governos federal e estadual. Entre as decisões, está o corte da verba do Carnaval, que girava em torno de R\$ 2 milhões. Serão disponibilizados R\$ 300 mil às entidades carnavalescas. O restante será revertido para ajudar a custear nova UPA que deve ser inaugurada no fim deste ano.

■ Ironicamente, alguns deputados que reivindicaram a abertura das galetrias, ficaram irritados com manifestações durante as discussões e votações.